

**Nome da área temática:** Administração da Informação (11)

**Título do artigo:** AS NOSSAS CIDADES NÃO PRECISAM SER INTELIGENTES. ELAS PRECISAM APRENDER! REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADES DE APRENDIZAGEM

## **Resumo**

Esta pesquisa é uma investigação de caráter qualitativo e exploratório resultante da constatação de que pouco se sabe sobre o conceito de cidades de aprendizagem no Brasil. É escassa a pesquisa sobre o tema em um contexto brasileiro, e pouco se sabe sobre as iniciativas que estão sendo desenvolvidas em algumas cidades brasileiras para se tornarem cidades de aprendizagem. Considerando isso, o objetivo central da pesquisa é analisar o conceito de cidades de aprendizagem e sua contribuição para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas no Brasil. O artigo apresenta também brevemente algumas iniciativas voltadas para a aprendizagem ao longo da vida (conceito central na terminologia de cidades de aprendizagem) em cidades brasileiras que pleitearam o título de cidades de aprendizagem da UNESCO. Espera-se que a investigação sirva como uma válida referência para atores interessados na temática no país.

**Palavras-chave:** Cidades de Aprendizagem, Aprendizagem ao Longo da Vida, Cidades e Desenvolvimento Sustentável

## **Abstract**

This research is a qualitative and exploratory investigation resulting from the observation that little is known about the concept of learning cities in Brazil. There is little research on the topic in a Brazilian context, and little is known about the initiatives that are being developed in some Brazilian cities to become learning cities. Considering this, the central objective of the research is to analyze the concept of learning cities and their contribution to the development of more inclusive cities in Brazil. The article also briefly presents some initiatives aimed at lifelong learning (central concept in the terminology of learning cities) in Brazilian cities that claimed the title of UNESCO learning cities. It is hoped that the investigation will serve as a valid reference for authors interested in the theme in the country.

**Keywords:** Learning Cities, Lifelong Learning, Cities and Sustainable Development

## Introdução

Existe um avanço significativo hoje no reconhecimento de que a aprendizagem ao longo da vida é um dos principais impulsionadores do desenvolvimento sustentável. Mais do que educar, as nossas sociedades hoje precisam aprender a aprender, e de forma contínua.

Nesta direção, estudos e diretrizes de organismos internacionais como a UNESCO, OCDE e o Banco Mundial destacam a importância e a necessidade da criação de espaços urbanos e cidades que propiciem aos seus cidadãos experiências de aprendizagem contínua que contribuam para o desenvolvimento sustentável local (UNESCO, 2016).

Isso reforça o fato de que, hoje, a relevância da aprendizagem ao longo da vida como estrutura conceitual e princípio organizador do desenvolvimento sustentável para o século XXI (UNESCO, 2010) é amplamente reconhecida. Esse reconhecimento não está mais confinado a países ou regiões específicas, que tradicionalmente lidam com a questão, mas também informa planos globais de educação e sustentabilidade em nível local nas mais diversas cidades.

Esse entendimento gerou um crescente reconhecimento de que a aprendizagem ao longo da vida tem um grande potencial para fazer mudanças reais na vida das pessoas para um futuro sustentável nas cidades. De fato, a natureza diversa e a amplitude do desenvolvimento sustentável implicam inerentemente uma abordagem ao longo da vida que permite que o aprendizado abranja ambientes formais, não formais e informais. Isso é especialmente importante para que cidades possam abordar todas as questões de sustentabilidade, já que muito do aprendizado ocorre fora do ambiente de educação formal, tomando cada vez mais proporção em espaços urbanos (TORRES, 2011).

Além disso, na medida em que o século 21 avança, municípios são propelidos a se adaptar a novas situações e cenários econômicos, políticos, sociais e ambientais. A rapidez com que essas situações ocorrem põe prefeituras e cidadãos diante de um cenário de incerteza que exige um alto poder de adaptação e de readaptação ao seu ambiente, ou seja, uma capacidade de “ajustamento” ou aprendizagem contínua.

Por conseguinte, um importante conceito e ação que está sendo desenvolvida e implementada por cidades em todo o mundo é a iniciativa das cidades de aprendizagem. Não existe uma definição única de cidade de aprendizagem, embora o conceito se baseie em teorias sobre aprendizagem e inovação. O que cidades e regiões de aprendizagem têm em comum é um compromisso explícito de colocar a aprendizagem ao longo da vida no centro do desenvolvimento (UIL, 2014).

Ao tornar-se uma cidade de aprendizagem, os municípios aderem ao objetivo de mobilizar seus recursos, em cada setor, para prover aprendizagem inclusiva nas famílias, comunidades e no trabalho, tendo como norte uma perspectiva de aprendizado ao longo da vida (UIL, 2014). Em outras palavras, uma cidade de aprendizagem é uma cidade que promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Claramente, o esforço da cidade de aprendizagem é projetado

para transformar sistemas nos quais o aprendizado e o desenvolvimento sustentável florescem em todos os níveis da vida.

Apesar de haver pesquisas que questionam sobre como o aprendizado funciona nas cidades, abordando noções de aprendizagem ao longo da vida contextualizada nas cidades, essa linha de pesquisa não informa suficiente a realidade do país. Esta pesquisa ajuda então a reduzir esta lacuna na literatura e contribui com debates contemporâneos sobre cidades de aprendizagem, lançando luz à implementação de ações de aprendizagem ao longo da vida em algumas cidades brasileiras.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta investigação segue as orientações da pesquisa qualitativa. Conforme Merriam (1998, p. 6), pesquisadores que adotam essa abordagem estão interessados em entender os significados construídos pelas pessoas, ou seja, compreender como os indivíduos entendem o seu mundo e as experiências que vivenciam. Este tipo de pesquisa “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (SILVA e MENEZES, 2001).

Neste ensaio teórico, foi feita uma análise bibliográfica sobre a temática do artigo e utilizou-se alguns documentos oficiais dos municípios, como relatórios de planos estratégicos, disponibilizados online.

Por conseguinte, acredita-se haver uma adequação da metodologia proposta com o escopo teórico da pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, principalmente no contexto brasileiro.

### **O que é uma cidade de aprendizagem?**

De uma perspectiva teórica, a literatura acadêmica que estuda os processos de aprendizagem (inclusive os que ocorrem em espaços urbanos) é vasta e ainda em evolução. O campo da aprendizagem assumiu importância como evidenciado tanto pelo volume de publicações que aparecem nos periódicos acadêmicos quanto pelo grande interesse disciplinar e adoção do conceito (PAVLOVA, 2018; OSBORNE, 2014; EASTERBY-SMITH et al., 2000; CROSSAN e GUATTO, 1996; DODGSON, 1993).

Além disso, apesar dos diferentes usos e entendimentos do termo “aprendizagem”, importantes organizações internacionais têm ajudado e desempenham um papel fundamental na determinação de uma base teórica comum e na modelagem do conceito de cidades de aprendizagem (OSBORNE, 2014; UNESCO, 2010).

O conceito de uma cidade de aprendizagem tem suas origens nos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no final do século XX. Uma cidade de aprendizagem foi concebida como uma cidade onde todos os segmentos da sociedade compartilhavam o compromisso de “promover o aprendizado inclusivo do ensino básico ao superior, revitalizar o aprendizado nas famílias e comunidades, facilitar o aprendizado para e no local de trabalho, ampliar o

uso de tecnologias modernas de aprendizado, melhorar a qualidade e a excelência na aprendizagem e fomentar uma cultura de aprendizagem ao longo da vida” (UIL, 2014, p. 27).

Em outras palavras, uma cidade de aprendizagem é uma cidade que promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Claramente, o esforço da cidade de aprendizagem é projetado para transformar sistemas nos quais o aprendizado e o desenvolvimento sustentável florescem em todos os níveis da vida.

As ideias-chave que apoiam o conceito de cidade de aprendizagem vieram de uma variedade de culturas e estão conectadas aos primeiros pensadores. Por exemplo, Platão observou que o principal objetivo da educação era capacitar os cidadãos para contribuir com o tecido social da comunidade e viver em paz e harmonia (LONGWORTH e OSBORNE, 2010). Longworth e Osborne (2010) descreveram ainda muitas cidades antigas (por exemplo, Veneza, Istambul, Jerusalém e Damasco) abraçaram uma forte ligação entre prosperidade e aprendizado. A cidade de aprendizagem, como um conceito mais recente, tem sido usada para descrever a conexão entre educação, aprendizado, prosperidade e engajamento cívico (JARVIS, 2007).

Isso significa que, de acordo com a abordagem da cidade de aprendizagem, todos os setores da sociedade desempenham um papel fundamental no fornecimento de oportunidades de educação e aprendizagem de qualidade.

Como as oportunidades de aprendizagem relevantes não se restringem ao sistema escolar, idealmente todos os cidadãos, em todos os níveis da sociedade e fases da vida, devem estar envolvidos em atividades de aprendizagem. Esta mensagem foi trazida à atenção da comunidade educativa já em 1972 com a publicação *Learning to be* (FAURE et al., 1972), também conhecida como o Relatório Faure. Hoje, mais de quatro décadas depois, a importância dessa mensagem torna-se maior diante da complexidade e rápidas mudanças do mundo.

Impulsionada pelo rápido desenvolvimento de tecnologias e inovações, que remodelam a vida e o trabalho, cresce o reconhecimento de que o aprendizado de cidades – de forma holística, inclusiva e abrangente – é fundamental para um futuro sustentável. Neste contexto, a demanda por novas formas de oferecer oportunidades de aprendizagem e implementar estruturas de educação sustentáveis se intensifica. Estas formas devem equipar os cidadãos com conhecimentos, habilidades e atitudes sustentáveis ao longo da vida para lidar com os desafios que enfrentarão.

No entanto, a fim de construir uma sociedade capaz de permitir e realizar oportunidades de aprendizagem para todos, como previsto pelos autores visionários do Relatório Faure (FAURE et al., 1972), uma grande mudança é necessária em termos de como as oportunidades de aprendizagem são organizadas e disponibilizadas nas cidades.

Em primeiro lugar, o papel central dos governos é assegurar uma gestão eficiente, equitativa e eficaz da aprendizagem. Essa tarefa inclui, entre outros ajustes, atuar na necessidade de revisitar a cultura educacional centrada na escola que continua a ver a mesma como o único sistema educacional e incorporar todo o espectro de sistemas

de aprendizagem e todos os tipos de aprendizado (formal, não-formais e informais), para assegurar a necessária coordenação e sinergia, tanto a nível local como nacional (TORRES, 2011).

Beneficiando-se de sua natureza compacta, em comparação com a área total de um país, as cidades apresentam configurações favoráveis para a aprendizagem de todos: com as vantagens de proximidade e escala, as cidades fornecem uma estrutura para cultivar e permitir o acesso, colaboração e cooperação entre os provedores e interessados em educação e aprendizagem (YANG e VALDÉS-COTERA, 2012).

Existem razões para colocar o foco do aprendizado ao longo da vida em zonas urbanas. O número de moradores em cidades em todo o mundo vem crescendo mais rapidamente do que nunca nos últimos anos e mais de metade da população mundial agora vive em áreas urbanas. Espera-se que o número de pessoas que vivem em cidades aumente para 60% até 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015). O desenvolvimento regional e local sustentável não pode ser alcançado sem transformar significativamente a forma como se constrói e se gerencia espaços urbanos e a aprendizagem é um fator crucial neste sentido (RAMASWAMI et al., 2016; STRATMANN, 2011).

No entanto, o entendimento sobre o conceito de cidades de aprendizagem no Brasil ainda não está consolidado o que resulta na incipiente implementação de ações e atividades de aprendizagem ao longo da vida nas cidades brasileiras. São poucos os estudos sobre a temática e não há ainda uma política pública específica com foco no tema.

### **Marcos do movimento de cidades de aprendizagem**

Em um estudo abrangente de precedentes históricos e tendências atuais em comunidades de aprendizagem, Longworth e Osborne (2010) detalharam o crescimento da cidade e região de aprendizagem a partir da iniciativa fundacional chamada “Cidades Educadoras” liderada na década de 1970 pela OCDE.

As sete cidades dos países membros originais utilizadas para organizar estratégias educacionais incluem Edmonton (Canadá), Gotemburgo (Suécia), Viena (Áustria), Edimburgo (Escócia), Kakegawa (Japão), Adelaide (Austrália) e Pittsburgh (Estados Unidos). Este movimento começou a ganhar força na década de 1990 com o lançamento da Associação Internacional de Cidades Educadoras com sede em Barcelona (Espanha). Hoje, a associação conta com 400 cidades da Europa, América do Norte, Austrália e Japão.

Além disso, em meados da década de 1990, ocorreram grandes contribuições da agora extinta Iniciativa Europeia de Aprendizagem ao Longo da Vida (ELLI) e da Iniciativa Mundial sobre Aprendizagem ao Longo da Vida (WILL).

Em 1996, Liverpool tornou-se a pioneira “Cidade do Aprendizado” na Europa, seguida por outras cidades do Reino Unido, como Southampton, Norwich, Edimburgo e Birmingham. Em reconhecimento às potenciais contribuições socioeconômicas para

a sociedade, outras cidades europeias como Espoo, Gotemburgo e Dublin seguiram o exemplo (LONGWORTH e OSBORNE, 2010).

Outro marco importante foi o desenvolvimento da Ferramenta de Auditoria das Cidades de Aprendizagem (LONGWORTH e OSBORNE, 2010); um questionário interativo com 10 indicadores: (1) compromisso com uma cidade de aprendizagem; (2) informação e comunicação; (3) parcerias e recursos; (4) desenvolvimento de liderança; (5) inclusão social; (6) meio ambiente e cidadania; (7) tecnologia e redes; (8) criação de riqueza, emprego e empregabilidade; (9) mobilização, participação e desenvolvimento pessoal dos cidadãos; e (10) eventos de aprendizagem e envolvimento familiar.

O objetivo desta ferramenta foi avaliar a compreensão do conceito de cidades de aprendizagem, suas implicações e como a aprendizagem ao longo da vida pode ser apoiada em cidades. Os resultados desta auditoria confirmaram a incerteza e a ambiguidade acerca dos quadros de aprendizagem da cidade e da aprendizagem ao longo da vida em geral, mas também suscitaram interesse de muitos dos principais municípios europeus. Isso, por sua vez, levou ao desenvolvimento de importantes documentos pela Comissão Europeia sobre o tema e tornou-se a motivação para outros países como Finlândia, Irlanda, Alemanha, Noruega e Coreia do Sul se unirem ao movimento de cidades de aprendizagem (LONGWORTH e OSBORNE, 2010).

Mais recentemente, baseado nas premissas acima, a UNESCO desenvolveu o projeto “Cidades de Aprendizagem” (“Learning Cities”, no original em inglês). O projeto busca mobilizar prefeituras, sociedade civil organizada, terceiro setor, institutos de educação formal e empresas privadas em torno de iniciativas voltadas à aprendizagem ao longo da vida.

Ao tornar-se uma cidade de aprendizagem, os municípios aderem ao objetivo de mobilizar seus recursos, em cada setor, para prover aprendizagem inclusiva nas famílias, comunidades e no trabalho, tendo como norte uma perspectiva de aprendizado ao longo da vida (UIL, 2014).

Atualmente, a rede de cidades de aprendizagem articulada pela UNESCO conta com mais de 200 municípios espalhados em 46 países.<sup>1</sup> A maior parte das cidades participantes está na África, com 67 municípios inscritos. Na Ásia, a Coreia do Sul conta com a maior rede de cidades, com 44 participantes. Já nos países Árabes, a Argélia tem a maior presença, representada por nove cidades, e na Europa, o maior número de cidades de aprendizagem encontra-se na Grécia, com 13 membros. Finalmente, na América Latina, o grupo é formado por 22 cidades, cinco das quais são brasileiras: Contagem (MG), Júlio Borges (PI), Jabotão dos Guararapes (PE), Sorocaba e São Paulo (SP).

---

<sup>1</sup> Mais informações em <https://uil.unesco.org/sites/default/files/doc/lifelong-learning/cities/list-of-members-unesco-gnnc-uil.pdf>, acesso em 14 de abril de 2020.

## Iniciativas de cidades de aprendizagem no Brasil

No Brasil, mais de 85% da população vive em cidades e áreas urbanas (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Essas áreas densamente povoadas contribuem para distúrbios ambientais, desigualdade e desemprego, entre outros efeitos negativos. Tais fatores estressantes podem se perpetuar no futuro se as cidades não mudarem a maneira como funcionam.

Um número crescente de municípios vê a implementação de políticas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida para o desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável como chave para enfrentar esses desafios (UNESCO, 2016).

Diferente de uma visão tradicional da aprendizagem, a perspectiva de aprendizagem ao longo da vida incorporada na literatura da cidade de aprendizagem destaca que aprender é um processo contínuo e reconhece a importância de conectar esta atividade à vida cotidiana, também no nível local. A natureza dinâmica das cidades ilumina essa compreensão menos convencional que reconhece que aprender é mais do que o processo formal de adquirir conhecimento em ambientes escolares formais.

Muitas cidades brasileiras representam uma concentração de potencial criativo. A existência de universidades e outros centros de educação formal e a instalação de grandes empresas apontam para a possibilidade de desenvolvimento de parcerias interinstitucionais que seriam tanto de interesse destas instituições quanto do governo e, principalmente, da população, contribuindo para a implementação de atividades no escopo da iniciativa de cidades de aprendizagem.

Atualmente, cidades de aprendizagem em todo o mundo já dão exemplos de atividades que propiciam a aprendizagem ao longo da vida, como centros comunitários de aprendizagem, festivais de aprendizagem, etc. (VALDES-COTERA et al., 2015). Elas também estão prestando atenção especial ao envolvimento de grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, mulheres, crianças, idosos/terceira idade) em todas as fases da construção de uma cidade de aprendizagem: planejamento, implementação e monitoramento.

No caso brasileiro, as cinco cidades que receberam a certificação oficial de cidades de aprendizagem da UNESCO encontram-se em distintas etapas no desenvolvimento de seus projetos.

A pernambucana Jaboatão dos Guararapes, por exemplo, está mapeando suas vulnerabilidades e vantagens para desenvolver um plano de ação adequando necessidades e capacidades disponíveis na cidade. Um desafio já identificado é a estrutura de governança local, que deve ser otimizada<sup>2</sup>.

Ainda no Nordeste brasileiro, o município de Júlio Borges<sup>3</sup>, no Piauí, aderiu à rede de cidades de aprendizagem com o objetivo de desenvolver um plano estratégico para lidar com altos níveis de desemprego, associados pela prefeitura à pouca qualificação, fatores climáticos, infraestrutura precária e vulnerabilidade social. Três projetos iniciais

---

<sup>2</sup> Mais informações em <https://uil.unesco.org/city/jaboatao-dos-guararapes>, acesso em 4 de novembro de 2019.

<sup>3</sup> Mais informações em <https://uil.unesco.org/city/julio-borges>, acesso em 4 de novembro de 2019.



já foram lançados: o primeiro pretende integrar famílias e escolas, o segundo busca oferecer cursos extracurriculares a crianças e adolescentes e o terceiro tem como objetivo despertar o interesse de meninas sobre tecnologias de informação e comunicação.

No Sudeste, Sorocaba<sup>4</sup> identificou cinco pilares estratégicos para tornar-se uma cidade de aprendizagem: engajamento cívico, sustentabilidade, conscientização para saúde, acesso à bens públicos (água tratada, eletricidade e oportunidades para crescimento econômico) e, por fim, envolvimento do setor público e privado.

Vizinha à Sorocaba, a megalópole São Paulo<sup>5</sup> também aderiu à rede internacional de cidades de aprendizagem. Diferente de municípios comparativamente menores, São Paulo aponta a imigração como um dos fatores a serem desenvolvidos no seu percurso como cidade de aprendizagem e um de seus projetos envolve alinhar o sistema municipal a outras instituições educacionais da América Latina, com o objetivo de construir um mecanismo regional de avaliação de performance. A cidade também é a primeira no Brasil a incluir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU na grade curricular escolar.

Fora da Europa, um exemplo de boas práticas na aplicação do conceito de cidades de aprendizagem vem de Amã, capital da Jordânia, uma das vencedoras do prêmio “UNESCO Learning City Award” em 2015. Em 2011, a cidade desenvolveu o “Jeera Project” com o objetivo de lidar com o pouco acesso à educação formal e com o influxo de migrantes para a região para criar situações nas quais cidadania e solidariedade internacional podem ser desenvolvidas. O projeto promove intercâmbios locais nos quais cidadãos de diferentes comunidades conhecem iniciativas educacionais em comunidades vizinhas e, na volta, são incentivados a adaptar e criar ideias de forma participativa em sua comunidade de origem<sup>6</sup> (HASKINS, 2018).

No hemisfério sul, a cidade argentina de Villa Maria também recebeu o “UNESCO Learning City Award”, em 2017. Entre as ações que o município desenvolve no âmbito do conceito de cidade de aprendizagem, está a concessão de gratuidade para famílias com recém-nascidos no acesso a bibliotecas municipais e transporte público gratuito para estudantes. A cidade também se esforça para promover a participação política de cidadãos de todas as idades, com por exemplo o projeto “Parlamento de los Niños”, no qual crianças podem participar de uma simulação de tomada de decisão em uma casa legislativa<sup>7</sup>.

Todas as cidades participantes apresentam dificuldades e soluções específicas. Os exemplos mencionados aqui demonstram que não há uma forma única de implementar e colocar o conceito de cidades de aprendizagem em prática. Todos os projetos seguem os objetivos norteadores propostos pela UNESCO, porém são

---

<sup>4</sup> Mais informações em <https://uil.unesco.org/city/sorocaba>, acesso em 4 de novembro de 2019.

<sup>5</sup> Mais informações em <https://uil.unesco.org/city/sao-paulo>, acesso em 4 de novembro de 2019.

<sup>6</sup> Mais informações em <http://uil.unesco.org/case-study/gnlc/amman>, acesso em 4 de novembro de 2019.

<sup>7</sup> Mais informações em <http://uil.unesco.org/case-study/gnlc/villa-maria>, acesso em 4 de novembro de 2019.

desenhados e implementados localmente para garantir que tais objetivos sejam de fato alcançados.

### **Considerações finais**

Apesar de ser um campo teórico e prático em crescimento fora do Brasil, a literatura sobre cidades de aprendizagem ainda foi pouco desenvolvida nos estudos brasileiros. Além disso, o uso desse conceito como uma ferramenta prática para o desenvolvimento sustentável de cidades brasileiras (inclusive para a implementação de cidades inteligentes) ainda é bastante incipiente.

Em especial, verifica-se a necessidade de fortalecimento teórico da abordagem diante da realidade das cidades brasileiras, haja vista que os estudos e marcos teóricos principais estão baseados em iniciativas desenvolvidas em contextos fora do Brasil.

Por conseguinte, é esperado que esse ensaio contribua para o desenvolvimento teórico do conceito de cidades de aprendizagem no Brasil, como também para a implementação de atividades e ações orientadas para a aprendizagem em cidades brasileiras.

### **Referências Bibliográficas**

- CROSSAN, M.; GUATTO, T. Organizational Learning Research Profile. **Journal of Organizational Change Management**, vol. 9, no. 1, pp. 107-112, 1996.
- DODGSON, M. Organizational Learning: A Review of Some Literatures. **Organization Studies**, vol. 14, no. 3, pp. 375-394, 1993.
- EASTERBY-SMITH, M.; CROSSAN, M.; NICOLINI, D. Organizational learning: debates past, present and future. **Journal of Management Studies**, vol. 37, no. 6, pp. 783-796, 2000.
- FAURE, E.; HERRERA, F.; KADDOURA, A.; LOPES, H.; PETROVSKY, A.; RAHNEMA, M.; WARD, F.C. **Learning to be: The World of Education Today and Tomorrow**. Paris: UNESCO, 1972.
- HASKINS, G. Entrepreneurial learning: Knowledge, skills behaviours and attitudes – An Introduction. In: JAMES, J. et al. (Eds.). **Entrepreneurial learning city regions: delivering on the UNESCO 2013**, Beijing Declaration on Building Learning Cities, 2018. Cham, Suíça: Springer/UNESCO, pp. 95-100.
- JARVIS, P. Lifelong learning. A social ambiguity. In: JARVIS, P. (Ed.). **The Routledge International Handbook of Lifelong Learning**. London and New York: Routledge, pp. 9–18, 2007.
- LONGWORTH, N.; OSBORNE, M. Six ages towards a learning region: A retrospective. **European Journal of Education**, vol. 45, no. 3, pp. 368-406, 2010.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development**, 2015. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em 7 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **The World's Cities in 2016 – Data Booklet**, 2016. Disponível em [http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanizati/on/the\\_worlds\\_cities\\_in\\_2016\\_data\\_booklet.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanizati/on/the_worlds_cities_in_2016_data_booklet.pdf). Acesso em 4 de novembro de 2019.

OSBORNE, M. Why lifelong learning and why learning cities? **Pedagogy**, vol. 86, no. 7, pp. 1067-1077, 2014.

PAVLOVA, M. Fostering inclusive, sustainable economic growth. **International Review of Education**, vol. 64, no. 2, pp. 339–354, 2018.

RAMASWAMI, A.; RUSSELL, A. G.; CULLIGAN, P. J.; SHARMA, K. R.; KUMAR, E. Meta-principles for developing smart, sustainable, and healthy cities. **Science**, vol. 352, no. 6288, pp. 940-943, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

STRATMANN, B. Megacities: Globalization, metropolization, and sustainability. **Journal of Developing Societies**, vol. 27, no. 3–4, pp. 229–259, 2011.

TORRES, R. M. Lifelong learning: Moving beyond Education for All (EFA). In: YANG, J.; VALDÉS-COTERA, R. (Eds.). **Conceptual Evolution and Policy Developments in Lifelong Learning**. Hamburgo: UIL, pp. 40–50, 2011.

UIL – UNESCO Institute for Lifelong Learning. **Conference Report – International Conference on Learning Cities**, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002267/226720e.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2019.

UNESCO. **Pilot workshop on developing capacity for establishing lifelong learning systems in UNESCO Member States**. Final report. Hamburg: UIL, 2010.

\_\_\_\_\_. **Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action**, 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002456/245656e.pdf>. Acesso em 7 de novembro de 2019.

VALDES-COTERA, R.; LONGWORTH, N.; LUNARDON, K.; WANG, M.; JO, S.; CROWE, S. (Eds.). **Unlocking the potential for urban communities**. Hamburgo: UIL, 2015. Disponível em

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002345/234536E.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

YANG, J.; VALDÉS-COTERA, R. (Eds.). **Conceptual evolution and policy developments in lifelong learning**, 2012. Hamburg, UIL.